

Substitutivo das diretas fica para março

O Congresso Nacional só irá apreciar em março do próximo ano o substitutivo do senador Alcides Saldanha (PMDB/RS) propondo eleições para governador, vice-governador e Assembleia Legislativa no Distrito Federal. As principais lideranças partidárias na Câmara e no Senado salientavam, ontem à tarde, que não será possível votar a matéria este ano, em virtude da pauta estar lotada até o dia cinco de dezembro, quando o Congresso entra em recesso.

O senador Alcides Saldanha manifestou ontem a necessidade de votação de seu substitutivo ainda nessa legislatura. Contudo reconhecia as dificuldades para sua apreciação, devido ao grande volume de temas em votação.

O autor do substitutivo pediu apoio ao líder do PMDB e do Governo no Senado, Humberto Lucena para aprovação da matéria em regime de urgência, através de uma pedido de lideranças. Lucena disse que o auxiliaria, mas também apontou as dificuldades em votar a matéria este ano.

Desanimado, o senador gaúcho disse no início da noite que podia articular junto a seu partido, mas quanto às outras legendas, a tarefa cabe, principalmente, às lideranças políticas locais.

No caso do substitutivo Saldanha, transmitir, sem o apoio das lideranças partidárias no Congresso, a matéria entrará numa longa fila, onde existem 60 propostas de emenda à Constituição à sua frente. Desta forma só será votada em agosto de 86.

Já o presidente do PMDB/DF, Milton Seligmann, acha que a aprovação na comissão mista "abre grandes perspectivas de que a matéria venha a ser aprovada também em plenário, embora só no próximo ano". O trabalho político a fazer no momento, conforme ele, é de sensibilização das lideranças partidárias, para que a emenda substitutiva que leva o nome do senador Alcides Saldanha, do PMDB do Rio Grande do Sul, entre em pauta logo no início das sessões legislativas do próximo ano.

O PMDB local, que apoia a proposta de eleição direta de governador, vice-governador e uma assembleia legislativa já em 1986, vai fazer tudo para que o substitutivo seja aprovado", garantiu Milton Seligman.

Se as lideranças partidárias não entrarem hoje com projeto de lei prorrogando a habilitação dos partidos que ainda não obtiveram registro definitivo junto ao Tribunal Superior Eleitoral, nove partidos em formação, que já atuam no Distrito Federal, ficarão em nítida desvantagem no processo eleitoral que se avizinha:

"Não vamos aceitar de forma alguma esta marginalização, até porque foi um compromisso assumido pela Aliança Democrática o de reformular a lei orgânica partidária, o que ocorreria como coroamento da redemocratização do País", ameaça Francisco Gomes Macedo, presidente do Partido Social Cristão (PSC-DF).

Na mesma situação do PSC estão partidos que entraram agora na legalidade, como é o caso do PCB e do PC do B, outros poucos conhecidos, como o Partido de Mobilização Nacional (PMN) Partido Renovador Progressista (PRP), Partido Nacionalista (PN), Partido Democrata Cristão (PDC) Partido Socialista (PS), ou mesmo um como o PSB, que teve seu nome nacionalmente conhecido com a vitória de Jarbas Vasconcelos, para a prefeitura de Recife.

O grande motivo para que a questão não se resolva, através da aprovação da nova lei dos partidos, é que aquelas agremiações políticas que já se formaram não estão manifestando interesse neste sentido, argumenta ainda Macedo, que junto com os representantes dos demais partidos na mesma situação vem articulando reuniões para que o assunto seja discutido.

Cardoso e Aparecido vão indicar comissão do PMDB

O presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, indicou ontem à tarde o secretário-geral do partido, deputado Roberto Cardoso Alves, para que, juntamente com o governador José Aparecido, escolha os sete membros da Comissão Provisória do PMDB/DF.

Tanto Cardoso Alves como José Aparecido são ligados à corrente moderada do partido, o que pode levar a indicação de peemedebistas mais ligados à corrente para compor a Comissão. Contudo, o secretário-geral -- garantiu que fará uma divisão proporcional, e afirmou que se houver necessidade de um nome de conciliação para presidir a Comissão, ele já o tem no bolso.

Cardoso Alves vinha já há vários dias insistindo junto a Ulysses para que ele se ocupasse da formação da Comissão. Mas como o dirigente do PMDB se encontra muito ocupado, decidiu nomear o deputado, para promover as escolhas em consonância com José Aparecido.

Comissão provisória

A comissão executiva regional do PMDB reúne-se hoje, a portas fechadas, às 9 horas, na Fundação Pedroso Horta, para discutir e posicionar-se em relação aos nomes que integrarão a futura comissão provisória do partido, no Distrito Federal.

Paralelamente, segundo informou Milton Seligman, prosseguem as conversas com algumas das lideranças que haviam se adiantado aos entendimentos internos em torno da composição da comissão provisória do partido e procuraram o seu presidente, Ulysses Guimarães. "Esse é um episódio superado", garantiu ele, não sem afirmar, contudo, que "a tática usada por essas lideranças para dividir o partido, no DF, parece não ter dado resultado".